

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 13456/2006

ASSUNTO: Estudos Especiais

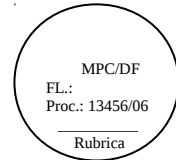
PARECER Nº 1488/2011-CF

EMENTA: Cessão de servidor em estágio probatório: para o mesmo e para órgãos distintos; com ou sem cargo em comissão. Lei 3881/06.

Cuidam os autos de estudos especiais relativos à legalidade de cessão de servidor em estágio probatório. A Corte, então, proferiu a Decisão 1071/07, considerando *“não ser permitido ao servidor cumprir o período de estágio probatório com exercício em cargo diverso daquele para o qual foi nomeado e empossado”*.

O Corpo Técnico, após, sugeriu a revisão da decisão prolatada, com base em novos excertos jurisprudenciais e doutrinários. E, desta vez, a Corte proferiu a Decisão 5633/10, assim:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das conclusões do reestudo da matéria objeto do item III da Decisão nº 1103/2010, adotada no Processo nº 21.053/09; II - rever a Decisão nº 1071/07, para fixar o entendimento de que, no âmbito do Distrito Federal, os servidores em período de estágio probatório podem assumir cargos comissionados, nas hipóteses e condições estabelecidas pelo art. 10 da Lei Distrital nº 3.648/05, com a redação dada pela Lei nº 3.881/06; III - que: a) no caso de nomeação para ocupar cargo em comissão em outro órgão ou entidade distinta daquela em que foi originalmente admitido, a contagem do prazo de três anos do estágio probatório do servidor ficará suspensa, até que haja o retorno ao cargo efetivo de origem; b) ocorrendo nomeação para ocupar cargo em comissão no próprio órgão ou entidade na qual foi admitido, o servidor em estágio probatório continuará a ser avaliado onde efetivamente tiver exercício, até que cesse a designação, reiniciando a respectiva avaliação, se ainda couber, no seu órgão de origem, nos termos do artigo 20 do Decreto nº 26.373/05; IV - comunicar aos órgãos/entidades jurisdicionadas acerca dessa interpretação; V - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA CUTO, que votou pelo acolhimento do parecer do Ministério Público junto à Corte. Parcialmente vencida a Conselheira MARLI VINHADELI, que acompanhou a instrução de fs. 88-130, à exceção da seguinte expressão constante do item II: "para fixar o entendimento de que". Decidiu, mais, acolhendo proposição do Conselheiro RENATO RAINHA, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Cientificada a jurisdicionada, a SEPLAG ofertou o Ofício 1170/10, recebido como embargos de declaração, ocasião em que foi proferida a Decisão 6523/10:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos embargos de declaração opostos pelo Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão à alínea "b" do item II da Decisão nº 5.633/10 (fl. 150), para, no mérito, dar-lhes provimento; II – atribuir à alínea "b" do item II da Decisão nº 5.633/10 (fl. 150) a seguinte redação: "b) ocorrendo nomeação para ocupar cargo em comissão no próprio órgão ou entidade na qual foi admitido, o servidor em estágio probatório continuará a ser avaliado onde efetivamente tiver exercício, até que cesse a designação, reiniciando a respectiva avaliação, se ainda couber, na sua unidade de lotação de origem, nos termos do artigo 20 do Decreto nº 26.373/05"; III – determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins; IV – dar ao recorrente ciência desta decisão.

Uma vez mais, a jurisdicionada se manifesta, agora, por força do Ofício de fls. 333/334, solicitando informações para saber se é permitida a cessão, ainda que sem ocupação de função e cargo em comissão, e, notadamente, em relação à carreira Auditoria de Controle Interno do DF. Em seguida, foi a vez da SES, fls.335.

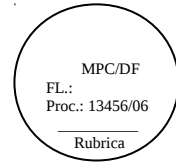
Retornam os autos com o trabalho do Corpo Técnico de fls. 347 e seguintes, ressaltando que, a rigor, os expedientes não poderiam ser recebidos, mas considerando o caráter pedagógico que possuem, passa a se manifestar sobre eles, propondo:

II – informar à Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal que tanto o art. 10 da Lei DF n.º 3648/05, quanto a Decisão n.º 5633/10, alterada pela Decisão n.º 6523/10, referem-se tão-somente à cessão de servidores em período de estágio probatório para o exercício de cargo comissionado, tanto no âmbito do DF, quanto em outra esfera de governo, bem como que a cessão e lotação de cessão de servidores entre aquela e as Secretarias de Planejamento e Orçamento e de Fazenda do DF é disciplinada pela Lei n.º 4448/09;

III – informar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que não há divergência entre o disposto na Decisão n.º 5633/10, alterada pela Decisão n.º 6523/10, e o art. 10 da Lei n.º 3648/05, tendo em conta a revogação dos parágrafos que integravam o referido artigo, quando da nova redação a ele dada pela Lei n.º 3881/06;

IV – autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE para fins de arquivamento.

Os autos vieram ao MPC/DF que vai preferir reiterar os pareceres precedentes, no sentido de que, a teor do artigo 37, *caput* da CF, não é possível cessão de servidor em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

estágio probatório para o exercício de cargo em comissão em órgão diverso daquele em que se deu a posse.

No entanto, o TCDF entendeu que a cessão pode ocorrer se o cargo em comissão ocorre no mesmo órgão e, se em órgão distinto, desde que haja a suspensão do prazo do estágio até o retorno do servidor ao cargo de origem. E, naquele primeiro caso, o servidor continuará a ser avaliado no local de exercício até que cesse a designação, reiniciando a avaliação, se ainda couber, na unidade de origem.

Passo seguinte, quer-se ampliar o entendimento, para permitir que servidor em estágio probatório possa ser cedido inclusive sem ocupar função comissionada! Ao ver do MPC/DF, a resposta é negativa. Nada obstante, com relação à Carreira Auditoria de Controle Interno, há regulamentação específica em lei.

Por fim, a SES entende que haveria divergência entre a Decisão proferida pela Corte e a literalidade da Lei 364805, artigo 10, parágrafo 1º. A esse respeito, não assiste razão à Secretaria, até porque dita lei foi nesse particular alterada pela Lei 3881/06, inexistindo qualquer referência ao parágrafo 1º.

Nesse sentido, é o parecer.

Brasília, 7 de outubro de 2011.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora